

Em véspera do início de uma greve de servidores federais, governo recebe Fonasefe

Após três anos de silêncio sem receber representantes da maioria dos servidores do Executivo Federal, o Ministério da Economia abriu as portas e realizou uma reunião com representantes do Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) nessa terça-feira, 22. A data coincide com a véspera do início de uma greve por reposição emergencial de 19,99%, pleito protocolado pelo conjunto do funcionalismo no dia 18 de janeiro e reapresentado nos 2 e 18 de fevereiro. Além da Condsef/Fenadsef, participaram da reunião o Sinasefe, Asfoc, Fasubra, Fenasps e a CUT.

Sem avanços concretos, a reunião foi conduzida pelo diretor de Relações de Trabalho no Serviço Público, José Borges. O governo segue insistindo na impossibilidade de abrir negociações que gerem impacto financeiro por limitações orçamentárias. Diante dos questionamentos sobre o longo silêncio frente às reivindicações dos servidores surgiu a promessa de que uma resposta oficial aos pleitos apresentados deve ser dada até o dia 1º de abril.

Desde a semana passada o Fonasefe mantém uma vigília permanente em frente ao Bloco P do ministério que vai ser mantida nas próximas semanas. Nessa quarta, 23, quando algumas categorias devem iniciar paralisações em defesa de uma reposição salarial emergencial, a vigília receberá reforços a partir das 10 horas. O Fonasefe também anunciou uma jornada de lutas que vai acontecer entre os dias 29 e 31 de março com participação de todas as entidades e centrais sindicais.



Só não virá a reposição se o governo não quiser!

A última negociação em torno do reajuste salarial do funcionalismo público aconteceu em 2015, durante a gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff. Depois disso, as negociações foram encerradas e os salários, da massa dos servidores, ficaram congelados. São cinco anos sem reajuste para a grande maioria dos servidores federais. E com o retorno do fantasma da inflação, eles estão, na verdade, sendo puxados para baixo.

No orçamento 2022 o governo Bolsonaro destinou R\$37,6 bilhões de reais para emendas parlamentares, desse total R\$16,5 estão no "orçamento secreto". Também estão reservados quase R\$2 trilhões para o refinanciamento da dívida pública que gera lucros absurdos para uma pequena minoria de banqueiros e especuladores do mercado financeiro.

Além disso, em 2021, graças ao aumento consecutivo dos combustíveis, a arrecadação aumentou 17,35%! Corrigido pela inflação, o valor representa R\$ 1,971 trilhão. Ou seja, verbas públicas não faltam. O que falta é vontade política de investir no setor público que atende milhões de brasileiros.

Pressão para seguir furando bloqueio

Mesmo frente as negativas do governo, servidores não devem recuar e vão seguir insistindo em buscar uma recomposição emergencial capaz de recompor perdas nos últimos anos. "Estamos começando a furar o bloqueio com nossas ações de pressão, mas eles seguem resistentes em sinalizar com qualquer proposta em direção ao nosso pleito legítimo", pontuou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef.

Na avaliação da entidade as ações de pressão foram fundamentais para que o governo acenasse com essa primeira reunião, no entanto é preciso manter e reforçar o processo de mobilização.

Vale lembrar que servidores têm até o dia 4 de abril para conquistar a reposição inflacionária emergencial que traga alívio financeiro para a categoria. Se não houver correção neste momento, ela só poderá ser feita em 2024, devido a legislação aprovada no ano passado que proíbe a reavaliação de salários em anos de transição de mandatos de governadores e presidentes.

Fonte: Condsef

Ao invés de gerar emprego e transferir renda, governo quer endividar os mais pobres

Com 12 milhões de desempregados, 25,6 milhões trabalhando por conta própria e o país de volta ao mapa da fome, com pessoas disputando osso e restos de peixe em açougue, ao invés de ampliar os programas de transferência de renda e investimentos que gerem emprego e renda, o governo de Jair Bolsonaro (PL) amplia as possibilidades de empréstimos para os mais pobres.

O governo decidiu aumentar de 35% para 40% o índice de comprometimento dos benefícios dos aposentados com empréstimos consignados e ainda autorizar que beneficiários do Auxílio Brasil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) façam esses empréstimos com desconto em folha.

Para secretário da CUT e economista do Dieese, a medida é eleitoreira e foi tomada na hora do desespero, como uma última tentativa para reverter os índices ruins de intenções de voto e a brutal queda de popularidade de Bolsonaro, apontadas por todas as pesquisas que indicam a liderança absoluta do ex-presidente Lula na corrida eleitoral deste ano.

A ampliação do crédito não resolve o problema de emprego e renda, ao contrário, ela é eleitoreira e visa apenas tentar impulsionar a popularidade de Bolsonaro que está em baixa, inclusive entre as pessoas que recebem o Auxílio Brasil, diz o secretário de Administração e Finança da CUT Nacional, Ariovaldo de Camargo.

O dirigente ressalta que hoje os aposentados sustentam seus filhos desempregados e o aumento do índice de endividamento

só maquia os principais problemas do país que são o desemprego e a crise econômica.

A economista e coordenadora do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Patrícia Pelatieri concorda que a medida de Bolsonaro é eleitoreira. Para ela, o presidente está desesperado para colocar dinheiro na economia e, para isso vem tomando medidas como a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a do dinheiro esquecido nos bancos, entre outras medidas paliativas e decepcionantes - a maioria encontrou centavos nas contas.

Bancos os favorecidos

Ariovaldo de Camargo não tem dúvidas de que a medida de Bolsonaro favorece os bancos. Segundo ele, muito provavelmente o sistema financeiro vai impor um seguro para não correr o risco de que o tomador do empréstimo tenha o BPC ou o Auxílio Brasil encerrado, antes dele pagar totalmente o empréstimo.

“Hoje os juros dos empréstimos consignados variam de 1,65% a 2,23% mensais. Com uma inflação em média abaixo de 1% ao mês [em 12 meses, inflação medida pelo IPCA-15, passa de dois dígitos], os bancos já saem no lucro, mas para não correrem risco algum vão sobretaxar os juros e os seguros dos empréstimos”, afirma Camargo.

A economista do Dieese também acredita que a liberação desses empréstimos visa garantir mais ganhos aos bancos, que segundo ela, não têm previsão de ter os lucros bilionários do ano passado, quando cinco bancos garanti-

ram em seus cofres R\$ 175 bilhões a mais.

Cortesia com chapéu alheio

A outra questão, segundo a economista, é fazer cortesia com chapéu alheio, ao invés de adotar medidas de recomposição da economia, tirando o pouco das pessoas que tiveram perda intensa de renda, empurrando um endividamento de dois, três meses para frente.

Metas da equipe econômica

A equipe econômica do governo diz que a liberação do consignado para os mais pobres vai injetar R\$ 49 bilhões na economia, sendo R\$ 30 bilhões em financiamentos para famílias que recebem o Auxílio Brasil e R\$ 19 bilhões para as que recebem BPC.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, o público que pode tomar esses empréstimos chega a mais de 52 milhões de pessoas.

Quem recebe BPC e o Auxílio Brasil

Hoje o BPC, no valor de um salário mínimo (R\$ 1.202), é pago a idosos a partir de 65 anos que possuem apenas ¼ do mínimo de rendimentos.

O Auxílio Brasil paga apenas R\$ 400 por mês, mas terminará no final deste ano, deixando milhões de brasileiros que antes recebiam o Bolsa Família, criado no governo Lula, sem nada, caso o governo não apresente uma nova proposta de benefício aos mais pobres.

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](https://www.cut.org.br/noticias)